

Com terra



Agricultura *Moradores do assentamento Filhos de Sepé provam que é possível viver da produção orgânica e familiar*

TEXTO **EVERTON CARDOSO**
FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

O smar – ou Boca, como é conhecido – é uma referência no assentamento Filhos de Sepé, no interior de Viamão. Entre as 756 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que vivem na área de aproximadamente 9 mil hectares no distrito de Águas Claras – um terço dos quais faz parte da reserva ecológica do Banhado dos Pacheco –, a dos Bedende tem uma organização que lhes permite produzir hortaliças não só para seu sustento, mas também para a comercialização. Ainda que receba apoio de projetos liderados pela UFRGS e de políticas governamentais, é o aguçado tino de Boca tanto para a horticultura – aprendeu o básico da produção orgânica por conta própria – quanto para o comércio que lhe fornece o lastro necessário para empreender e mostrar que trabalhadores rurais com terra e conhecimentos podem prosperar sem abandonar a sua vocação. “Tem que trabalhar com a cabeça também, não só com a enxada”, ensina. Quem o ouve, no entanto, nem imagina o quanto a palavra “trabalhar” pode sintetizar uma semanada e tanto.

Segundas-feiras, na rotina de Boca, signifi-

cam que o dia inicia muito antes das costumeiras 5 da manhã: ele acorda às 3h e “se atraca” a colher verduras, legumes e frutas que ele mesmo produz sem nenhum tipo de agrotóxico ou adubo químico. “Às vezes tomo um chimarrão”, conta para ressaltar que só vai lembrar-se de comer ao meio-dia, mesmo que em alguns momentos a fome precise ser despistada com algum fruto de sua produção. Ainda antes de amanhecer, Boca sai para levar seus produtos a três escolas de Gravataí, resultado da lei que obriga o governo a comprar de famílias produtoras agrícolas pelo menos 30% dos alimentos destinados à merenda escolar de instituições públicas. Depois, às 10h, retorna à casa e, juntamente com os dois enteados – Jonathan e Deivid – e seu ajudante Erni Silva, começa o trabalho mais pesado na horta. Ali, eles colhem hortaliças, lavam os produtos de sua colheita e os preparam em maços e caixas para entrega. No mesmo dia, Boca leva encomendas a uma creche e a um centro budista – ambos em Viamão –, além de ir à capital atender a um grupo de cerca de 30 pessoas que recebem ‘cestas’ com produtos previamente encomendados via

e-mail e, quinzenalmente, fazer entrega para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao retornar, deixa tudo preparado para a terça, quando faz as vezes de feirante: pela manhã, comercializa no Centro Administrativo do Estado; à tarde, no câmpus central da UFRGS. Nos demais dias da semana, dedica-se aos cuidados da horta, mas não sem mais duas saídas para vender sua produção: às sextas, entrega produtos para Clis Souza, que organiza uma feira de produtos orgânicos na Zona Sul de Porto Alegre; e aos sábados abastece um restaurante natural em Viamão.

“É muito sofrimento”, hiperboliza Boca para descrever o quanto a produção agrícola exige de quem a ela se dedica. Ainda assim, afirma que não pretende trabalhar na cidade. Tanto é que a mulher dele, Lucia, abandonou o emprego em um restaurante a fim de ajudar a família na horticultura. Porém, nem assim eles têm dado conta da demanda: na quartas, deveriam fazer feira no câmpus do Vale, mas em 2013 ainda não conseguiram retomar o trabalho que iniciaram no ano passado. “Nós não temos perna”, justifica.



Denise Rocha (de costas) integra o grupo que promove uma feira ecológica às terças no Câmpus Central da Universidade

Além da subsistência

Não há vida de trabalhador rural sem terra que não inclua passagens que normalmente estariam associadas a certo nomadismo pontuado por acontecimentos, em geral, bastante sofridos. A história de Denise Rocha é uma dessas: o passado da hoje habitante do assentamento Filhos de Sepé inclui episódios que dificilmente deixam de causar comoção em quem os ouve. Aos doze anos, seu padrasto morreu em um acidente de trator enquanto trabalhava na fazenda Petry, em Tapés. Por consequência, ela e sua família tiveram de sair da fazenda. “Fomos jogados fora”, desabafa a agricultora que, então, tinha 13 anos. Durante um ano, tiveram de pagar pelas despesas do enterro do padrasto, além de sobreviver. “A gente morava numa casa na beira da praia. Nem era alugada, era emprestada”, enfatiza para mostrar a dificuldade naqueles tempos em que ela – pré-adolescente – tinha de fazer faxinas para ajudar a mãe na manutenção da família. “Vi minha mãe brigar pelos direitos por causa da morte do marido dela. Jurei que nunca ia ser empregada”, conta. Aos 20 anos, já com seu atual companheiro, José, Denise foi trabalhar em uma fazenda, mas ainda não estava convencida de que seria obrigada a garantir seu sustento sob os ordens de outrem: “Achava que todo mundo devia ter um pedacinho de terra”.

Foi então que, em 29 de janeiro de 1999 – faz questão de assinalar precisamente a data –, decidiu redefinir os rumos de sua vida: partiu para o acampamento do MST em Arroio dos Ratos e, depois, em Santa Vitória do Palmar, para reivindicar uma porção de terra para poder produzir. Um ano e oito meses foi o tempo que demorou para receber seu lote. Era em Piratini e o ano, 2001: “Tomamos um choque de realidade, porque estávamos acostumados a trabalhar com várzea, banhado, terras para produção de arroz. Chegamos lá, e era seco. Tínhamos que plantar trigo, era a única coisa que dava”. Depois de quatro anos, Denise e a família pleitearam a troca de lote junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que só foi possível porque a agricultora precisava morar mais

perto da capital para tratar um câncer. Mas nem assim o sonho de não ter patrão se concretizaria: Denise fazia faxina e o marido trabalhava com corte de árvores para poderem dar conta do orçamento.

Mudança de vida – Foi em razão de histórias e situações como a enfrentada por Denise que algumas iniciativas começaram a ser pensadas para dar aos assentados condições de sobrevivência e de produção que lhes possibilitassem uma perspectiva mais promissora de vida. Essa foi a intenção, por exemplo, que levou a socióloga Naia Oliveira a se envolver com a questão no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. “Eu havia ido à Escócia para fazer um curso sobre aldeias ecológicas e, então, me ocorreu que uma experiência como aquela tinha de ser trazida para os assentamentos da reforma agrária”, conta a então integrante da equipe da Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo estadual. Ela desenvolveu estudos que pretendiam apontar a situação dos habitantes do lugar em suas dimensões cultural, social, econômica e ambiental.

“A situação dos moradores era muito precária”, relembra Naia. “O Incra tem todo um programa quando cria um assentamento”, ressalva, “mas o Filhos de Sepé fora implantado em dezembro de 1998, e nada havia sido feito em relação aos empréstimos, à produção.” Além desses problemas, Naia aponta o desconhecimento da maioria das famílias em relação a plantações de arroz – tipo de lavoura ideal para aquela região. A maioria vinha de localidades produtoras de soja e trigo, culturas de terras secas. Não bastassem esses determinantes e limitações, ainda havia o fato de aquela região ser parte da bacia hídrica responsável pela formação do Rio Gravataí, o que obriga os agricultores a produzirem sem o uso de produtos químicos. “É lá que se encontra o Banhado dos Pacheco, responsável pela regulação da quantidade de água na região, além de abrigar espécies da fauna que estão em risco de extinção – caso do jacaré-de-papo-amarelo”, justifica Naia. Houve quem visse nisso uma limitação; houve quem vislumbrasse uma possibilidade na produção

agrícola de base orgânica.

Boca foi desses sujeitos que viu na obrigatoriedade de produzir organicamente a possibilidade de mudar sua vida. “Quando eu usava veneno, era magro e cheguei até a adoecer”, relata para justificar sua opção pela produção sem agrotóxicos. A intoxicação aconteceu em 2006, ano em que, para evitar que uma praga destruísse sua safra, o então rizicultor usou um pesticida. “Ainda hoje, se passarem aquele veneno longe daqui, e eu sentir o cheiro, já me intoxica”, enfatiza. E a preocupação do assentado é tanta que ele e a família, hoje, consomem essencialmente produtos do gênero – inclusive carnes, laticínios e ovos. E foi exatamente essa alternativa, sobretudo a partir da produção de hortaliças, que permitiu que o agricultor permanecesse em sua propriedade. Antes, precisava trabalhar em lavouras de maçã em Vacaria para complementar a renda.

Segundo a nutricionista Gladis Kalil, integrante do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da UFRGS, é exatamente para, ao mesmo tempo, melhorar os alimentos consumidos por essas famílias e criar alternativas de produção econômica que a Universidade tem-se envolvido com diversas ações. Entre elas, por exemplo, estão a formação de um banco de sementes orgânicas e a introdução de técnicas de adubação verde. A primeira fase do projeto abrangeu uma análise do solo disponível nos lotes das famílias assentadas, afinal, há uma crença dominante de que, pelo fato de aquelas serem terras arenosas – a cor bege clara é o sinal mais visível disso –, é impossível produzir. A partir de análises feitas pelo agrônomo Sebastião Pinheiro, servidor aposentado da UFRGS e colaborador do NEA, foi possível, então, propor formas de melhorar essa situação. Entre as soluções pensadas está o plantio de girassóis: essas plantas auxiliam na fixação de carbono no solo, produzem sementes que servem para alimentar as criações de galinhas e, ainda, geram massa verde a partir de caules e folhas que serve para adubação. Ou seja, de uma plantação que aparentemente pouco oferece acaba sendo possível extrair muito.

“No primeiro dia em que fizemos feira na UFRGS, chovia um monte. Não sabíamos se enxugávamos os olhos ou se contávamos o dinheiro arrecadado”

Cristina Ribeiro, assentada

Conhecimento aplicado

Projetos de pesquisa e extensão buscam soluções para fomentar um modelo de produção sustentável, inclusivo e distribuidor de renda para os assentados

O envolvimento da UFRGS com a questão dos sem terra tem tomado rumos que vão muito além da observação e da discussão da temática: são propostas concretas de solução para problemas enfrentados pelos assentados que pretendem abarcar todo o processo produtivo, desde o plantio até a comercialização dos produtos. A concepção do professor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do NEA – núcleo que congrega uma parte desses projetos –, Carlos Schmidt, a respeito da missão da UFRGS, dá uma dimensão da função exercida pela instituição: “O papel da Universidade é pesquisar, experimentar e propor alternativas para a transição de um modelo de agricultura predador, excludente e concentrador de renda, para outro sustentável, inclusivo e distribuidor de renda”. É nesse sentido que, por exemplo, o grupo Mulheres da Terra, principalmente a partir do trabalho desenvolvido com Boca e sua família, tem servido de modelo experimental. É como se fossem, para o Núcleo, representantes de uma nova cadeia produtiva, servindo de referência aos demais assentados.

Lar produtivo – Além das propostas lideradas pelo núcleo ligado à Faculdade de Ciências Econômicas, o assentamento Filhos de Sepé recebe estudantes e professores da UFRGS para desenvolverem seus projetos de pesquisa. É o caso de Renata Porto, que concluiu seu mestrado em Design em novembro de 2012 e se dedicou a estudar a identidade do grupo Mulheres da Terra. Com certo afeto pelo tema que vem de sua vivência familiar – o pai atuou como pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) –, a designer foi, aos poucos, se

envolvendo como voluntária em projetos de extensão da UFRGS. Daí veio a oportunidade de desenvolver sua pesquisa de mestrado sob a orientação do professor do PPG em Design Julio Van der Lan. “No início, não tínhamos ideia do que fazer. Foi a partir do que as mulheres relatavam de suas necessidades e dificuldades que começamos a delinear as intervenções a serem feitas”, explica Renata.

O grupo Mulheres da Terra surgiu, dentro do assentamento, como forma de dar às famílias uma renda alternativa a partir da possibilidade de trabalho feminino – estratégia esta que já vinha sendo desenvolvida a partir de alguns projetos encabeçados por Naia Oliveira. Entre as iniciativas que a socióloga propusera, estava um projeto de paisagismo ecológico desenvolvido entre 2008 e 2009. Com apoio da Fundação Luterana de Diaconia, a proposta era trabalhar o entorno das casas. “A intenção era pensar tudo de forma dinâmica, de modo que as funções de cada atividade deveriam ser eficazes. Fizemos cercas, compramos mudas e organizamos pequenas criações de galinhas e ovelhas”, relata. Foi, pois, uma iniciativa para dar às assentadas uma possibilidade de contribuir para a renda familiar a partir da otimização dos lotes que lhes foram concedidos, isso tudo sem terem de sair de suas casas.

Busca de identidade – A iniciativa do grupo feminino de assentadas foi, então, adotada por Renata Porto para desenvolver seu mestrado em Design. “Uma das minhas metas foi trabalhar a identidade do grupo. Havia uma questão de autoestima, pois elas se sentiam muito atrás em

relação aos seus companheiros e maridos”, relata a designer. Isso se deve à posse da terra, entregue aos homens. Renata, então, com a colaboração de Naia Oliveira, começou a organizar oficinas e outras atividades que permitissem compreender de maneira mais aprofundada quem são essas mulheres, que histórias de vida têm, que memórias têm da infância e da vida adulta, que visões têm da vida, do trabalho e da família, entre outros aspectos. “Depois desse levantamento, formei conceitos a partir do que elas relataram e os transformei em um grande painel visual. Esse mosaico serviu de base para o desenvolvimento da identidade visual, que ficou a cargo de outras pessoas”, conta a agora mestre sobre a coleta de dados que gerou informações coerentes e que serviram para um posterior projeto de design de um logotipo para o grupo.

Outro trabalho de pesquisa de pós-graduação gerado a partir desses projetos é o que foi finalizado por Amanda Buss em março deste ano. A proposta desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção e orientada pela professora Istefani de Paula teve como principal resultado a criação de propostas de embalagens para o grupo Mulheres da Terra comercializar seus produtos – hortaliças, mudas, artesanato e produtos de padaria. “As embalagens desenvolvidas pretendiam colaborar para o desenvolvimento daquele território”, explica. Renata projetou cestos que seriam feitos pelo próprio grupo com matérias-primas disponíveis no território em que habitam e a partir de técnicas aprendidas dos indígenas também daquela região. Seriam, assim, uma tradução de diversos aspectos referentes ao agrupamento. Além

disso, os cestos cúbicos teriam caixas plásticas no fundo, de forma a dispensar o uso de sacos plásticos para o acondicionamento e transporte das hortaliças, já que essas precisam de água para não murcharem. “A ideia é fechar o ciclo: construir, usar e descartar as embalagens dentro do assentamento”, explica para justificar a opção por materiais que podem ser devolvidos ao ambiente para se decompor.

De acordo com a orientadora do projeto, Istefani de Paula, o objetivo mais geral é instrumentalizar o grupo para que essas mulheres constituam uma empresa e tomem conta do próprio negócio. “Para nós, termos de lidar com esse tipo de grupo resultou num grande aprendizado de gestão, já que elas têm suas fragilidades e sua história de vida. Isso também abriu linhas de pesquisa para nós, integrando design, economia, nutrição e agronomia”, avalia. Entre as dificuldades encontradas pela equipe da UFRGS, no entanto, está a falta de adesão por parte de muitas famílias. “Há pessoas que, por falta de informação ou orientação, acham que a Universidade está lá por obrigação e que tem de oferecer tudo. Mas esse não é o objetivo”, ressalta Gladis Kalil. Segundo a nutricionista, o papel da instituição é servir de suporte para que os produtores se tornem autônomos.

Embora os resultados obtidos por Renata e Amanda ainda não tenham sido incorporados às práticas do Mulheres da Terra, já é possível fazer um balanço positivo dos projetos liderados pela Universidade. Os objetivos, no entanto, não são estanques: Carlos Schmidt pretende pleitear que, em breve, os assentados passem a fornecer para os Restaurantes Universitários da UFRGS.

Deivid Bedende trabalha na colheita das hortaliças cultivadas segundo os preceitos da agricultura orgânica no assentamento Filhos de Sepé





Em abril, movimentos de trabalhadores rurais ocuparam o pátio da Receita Federal em Porto Alegre, em apoio ao Dia Internacional da Luta Campesina, alusivo ao massacre de Carajás, no Pará

Reforma **ainda** necessária

Não raro a sigla MST é associada a arruaças e, principalmente, invasões – sobretudo, a partir da imagem veiculada pelos meios de comunicação. Isso se deve principalmente à dinâmica do trabalho jornalístico, cuja tendência é dar mais visibilidade a eventos pontuais. Os sem terra, por essa razão, acabam sendo tema de reportagens em momentos em que a sua reivindicação pela reforma agrária torna-se concreta em forma de protestos, marchas e ações menos pacíficas. De acordo com a professora Rosa Medeiros do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, isso acaba levando a opinião pública a ter uma imagem distorcida da realidade. “O público confunde reivindicar com fazer baderna”, explica a pesquisadora que, desde 1989, estuda questões ligadas a esses grupos campesinos. Rosa diz que a convivência com os assentados – e a possibilidade de observar como essas pessoas vivem cotidianamente, ou seja, quando não estão protestando, mas simplesmente vivendo – é que faz com que ela e a equipe de trabalho vinculada ao Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS) consigam vê-los de uma outra maneira.

Aparente solução – Na avaliação do professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da UFRGS Ivaldo Gehlen, tem havido, nos últimos anos, um arrefecimento – e mesmo o desapare-

cimento – de várias discussões sobre temas sociais que antes eram bastante ativos visíveis. É o caso não especificamente do MST, mas das demandas pela reforma agrária e, de uma forma mais geral, do debate sobre a questão da terra. Para o sociólogo, que tem acompanhado o tema desde os anos 1980, isso se deve, em alguma medida, às políticas sociais que têm sido adotadas pelo poder público federal nos últimos três anos, quando programas de assistência como o Bolsa Família chegaram a municípios da zona rural. “Em seu discurso de posse, a presidente Dilma disse que haveria essa priorização”, diz o investigador.

Além do recebimento de auxílios governamentais pelas famílias de baixa renda, Ivaldo acredita ao estágio atual do desenvolvimento agrícola o enfraquecimento do debate sobre a questão da terra no Brasil. “As mudanças tecnológicas diminuem a necessidade de mão de obra e aumentam a produção, inclusive para o pequeno produtor”, explana. Ivaldo responsabiliza, também, o envelhecimento da população do campo como fator para essa diminuição nas reivindicações dos trabalhadores rurais. “As famílias voltaram a ser pequenas, com um ou dois filhos. Quando os pais envelhecem e morrem, não há sucessão nas propriedades”, esclarece sobre uma realidade que se agrava também pela ida dos mais jovens para as regiões urbanas. É por essa

razão que, muitas vezes, as propriedades acabam sendo repassadas para outro tipo de utilização, que não a produção agrícola de base familiar. “Nos anos 1970 e 1980”, relata, “a diminuição da pequena propriedade se deu pela concentração de terras, o mais forte comprando dos vizinhos. Esse processo ainda existe, mas em menor escala.” O professor aponta, ainda, as políticas do governo federal de obtenção de crédito por parte dos produtores rurais para a aquisição de terras como um fator que facilita o acesso à propriedade. “Isso tem funcionado como um estímulo à agricultura familiar e um desestímulo à reforma agrária”, avalia.

Por fazer – Entre os grandes mitos existentes sobre os sem terra, estão o de que muitos deles já possuíam seus quinhões e venderam; ou o de que recebem terras por meio das políticas de reforma agrária e as vendem ou arrendam. “Quem vendeu terras não pode ser beneficiado pela reforma agrária”, diz Ivaldo enfaticamente. Tanto é que, no momento do cadastro como postulante a um lote, o Incra faz uma pesquisa em cartórios para ver se o indivíduo não teve, anteriormente, posse de terras. Além disso, os assentados não recebem a posse de seus lotes. Elas lhes são concedidas em usufruto, ou seja, vivem delas e lhes pertence o que delas sair, mas não podem vendê-las.

Num campo mais ideológico e político, o professor destaca que há um discurso circulando pela opinião pública, segundo o qual não há necessidade de reforma agrária. “Isso tem sido levado adiante pelas organizações patronais rurais”, completa.

Esse discurso é acentuado, na opinião de Ivaldo, por uma sensação de que a reorganização da propriedade já foi feita no Brasil, principalmente em razão dos anúncios do número de assentamentos implantados pelo Incra – normalmente quantificados em milhões de famílias e usados como forma de mostrar a efetividade do trabalho do órgão. “Não há um apoio comprometido e propositivo da população em relação à reforma agrária. E isso passa por categorias sociais bem informadas”, critica.

Existe, ainda, uma coincidência com uma nova postura adotada pelo atual governo federal nos últimos anos: “No segundo governo Lula e no de Dilma, o discurso é o de que é mais importante a qualidade de vida nos assentamentos que a quantidade de famílias beneficiadas”.

Essa melhoria, para o investigador, deve, porém, passar pela qualificação dos modos de produção. “Se há investimento público para se fazer a reforma agrária, é inadmissível que produzam com técnicas destrutivas. Deve haver uma obrigatoriedade de que se usem técnicas sustentáveis”, afirma o professor.

Orgânico por princípio

“No meu imaginário, os sem terra são pessoas que passaram por um sofrimento muito grande por terem sido desterritorializadas”, explica a professora Rosa Medeiros a partir da experiência de já ter atuado em diversos assentamentos diferentes em razão de seus projetos de investigação. “No momento em que são assentados”, continua, “são reterritorializados, mas isso não é suficiente.” Na avaliação da pesquisadora, é preciso que essas pessoas recebam algum tipo de apoio que lhes dê condições e conhecimentos necessários à produção rural, já que esta nem sempre é aquela com a qual os agricultores estão acostumados. “Eles precisam

reconstruir suas identidades, porque têm que se integrar ao lugar em que foram assentados”, explica.

Isso é bastante claro, por exemplo, no caso do Filhos de Sepé, pois cada família recebeu um lote de terra com área entre um e dois hectares na parte alta do assentamento, destinada à instalação da moradia; e um outro terreno com área aproximada de 14 hectares na várzea, na parte mais úmida, onde se supunha que trabalhassem com rizicultura. “A maioria dessas pessoas não havia plantado arroz antes. Faziam outras coisas”, conta a partir das observações que tem feito nos últimos 14 anos.

Até havia uma parte desses

agricultores que possuía algum conhecimento sobre a produção de arroz, mas de forma convencional, com o uso de defensivos agrícolas. Isso, porém, acabou sendo revisto pela condição do assentamento, situado em uma Área de Proteção Ambiental (APA). De acordo com o geógrafo Cícero Castello Branco Filho, produzir de forma orgânica é muito diferente do manejo tradicional da lavoura. “No orgânico, a mão de obra é muito maior, dá muito mais trabalho. No convencional, trabalha-se com cultura irrigada e aplicam-se defensivos agrícolas, pesticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, que facilitam o trabalho”, explica o pesquisador, que atualmente

se encontra em estágio pós-doutoral na UFRGS. Cícero diz que, no caso da produção orgânica de arroz, é o controle mais cuidadoso do nível da água que vai contribuir para evitar a propagação de plantas daninhas: sobe-se o nível quando elas aparecem, e estas morrem afogadas. Há, ainda, o uso de patos-de-Pequim para o controle de uma espécie de caramujos que põe penca de ovos nas plantas de arroz quando estas se encontram em sua fase inicial de crescimento e as mata. Os patos comem esses moluscos, e evitam que a praga se alastre.

Ainda que a plantação orgânica traga consigo maior valor agregado e alcance, por isso, um preço melhor pelo

produto – além, é claro, de ter um nicho de consumo bastante específico –, tem uma dinâmica que exige do agricultor cuidados constantes. “Quem efetivamente está plantando arroz orgânico onde se pode plantar de forma convencional?”, pergunta-se Rosa Medeiros, ao refletir sobre a necessidade de cuidados mais intensivos para se trabalhar sem agrotóxicos. “Para um assentado, tem de haver uma filosofia de vida, ele tem que estar engajado na causa da produção orgânica. Se é só pela questão econômica, na primeira quebra de safra ele cai fora”, diz, acrescentando que a produção em lavouras convencionais está sujeita ao mesmo tipo de imprevistos.